

A CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Ingrid Xenofonte Ribeiro

Introdução

O presente trabalho se propõe a retomar e problematizar a questão das manifestações que ocorreram pelo mundo, especificamente as do Brasil. Qual seria a razão de tais manifestações acontecerem com tanta intensidade neste momento da história política do ano 2013? Seria coincidentemente a existência de demandas urgentes notadas no presente cenário ou haveria, por traz dessas manifestações todas, um problema de base a ser resolvido? Será que a democracia representativa, modelo político adotado pelo Brasil e pela maioria dos países capitalistas nos quais também se desencadearam revoltas, estaria de fato cumprindo com o que se propõe, ou seja, representar os interesses, as necessidades de seus cidadãos? Estaríamos, portanto, no século XXI a presenciar e participar da decadência do velho modelo de democracia representativa? Estas são as perguntas que movem este artigo e que tentaremos responder aqui, com a ajuda das análises de dois filósofos contemporâneos.

O filósofo político e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Marcos Nobre frequentou manifestações em São Paulo, e desenvolveu a partir delas o livro "Choque de Democracia - Razões da Revolta", lançado em formato e-book. Na publicação, ele analisa os recentes protestos no Brasil. Antes das manifestações, Nobre estava no processo final de uma publicação, cuja pesquisa durou seis anos, com a história dos últimos 30 anos da política brasileira. "O sistema político se fechou nele mesmo, ele se blindou, mas isso não vai ficar assim", já concluía ele. Na recente obra, o filósofo traça características do movimento, como a pluralidade de reivindicações, a ausência de unidade de liderança e a revolta contra o sistema político que se fechou para as aspirações da sociedade civil.

O professor de direito constitucional da Universidade Paris 1 Sorbonne, Dominique Rousseau, propõe a teoria da democracia contínua. Segundo Rousseau, a democracia contínua acontece quando o cidadão não restringe sua participação ao ato do voto, à escolha de seus representantes, mas continua intervindo na produção de leis. "A democracia contínua introduz a reflexão, a deliberação e o distanciamento, permitindo aos cidadãos participarem na elaboração das leis", explica o jurista. Dominique ainda responde a questões como "Qual é a relação do povo com a Constituição de um país?" "Como os cidadãos participam do controle das ações daqueles que foram eleitos para representá-los?" "Qual a importância de se elaborar uma constituição baseada na imparcialidade dos direitos universais?" "Qual seria a principal característica do cidadão do século XXI?"

Os cidadãos querem ser ouvidos, os cidadãos do mundo, os quais a despeito de suas peculiaridades e questões pessoais, lutam honrosamente por direitos universais, direito comuns a todos, e desse modo, não lutam egoistamente por pequenas demandas de grupos,

mas, pelos direitos de cidadania universal, e, portanto, por toda a humanidade. É estranho pensar que se estes direitos que são tão notáveis, a saber, moradia, educação, liberdade de expressão, ainda não se encontram efetivados em muitos casos e por isto, constituem as causas urgentes, as demandas que a humanidade se atrasou em atender. Vemos nestas manifestações, além das demandas já citadas, a reclamação por sua suposta representação.

Marcos Nobre e a Significação Política das Manifestações de 2013

Várias manifestações têm ocorrido ao redor do mundo. Começaram na Europa pela decadência econômica pela qual seus países passam e pela não priorização por seus governos de necessidades básicas dos cidadãos. Diante desta conjuntura e sentindo-se sem representação efetiva de seus interesses no governo, os europeus foram às ruas manifestar-se. Mas poucos esperariam que no Brasil se tomasse a mesma atitude após tantos anos sem grandes manifestações. Ao que parece, a tomada de conhecimento quanto aos altos gastos da copa enquanto o país carece de investimento em educação e saúde, podem ter sido o estopim que empurrou o primeiro dominó (transporte público) da série problemas manifestos em seguida. Definiremos aqui, para uma melhor compreensão didática, três fases que demarcam a onda de movimentos políticos que ocorreram no Brasil em 2013, – não reduzindo a homogeneidade de uma identidade fixa, determinada –, e que foram nomeados pelo professor e filósofo político Marcos Nobre (UNICAMP), como “revoltas de junho” e como “Choque de democracia”.

A primeira fase aconteceu após o período da declaração do Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, no início de seu mandato, indicando que a passagem no transporte iria sofrer aumento, então, há exatamente um mês, no dia dezessete de junho, a prefeitura e o governo do estado anunciaram esse aumento, alegando que já estava cotado no orçamento do estado. Esse aumento da passagem nos transportes – que estava no valor de três reais, e foi elevado ao valor de três reais e vinte centavos – já havia sido ‘prevista’, desde quando o governo federal anunciou uma medida provisória que desonerava o transporte público da cobrança de impostos como PIS (Programa de Integração Social) e CONFIS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) para evitar o reajuste das tarifas nos transportes, contudo, embora essas medidas visassem a possibilidade de não pressionar a inflação, o reajuste de vinte centavos causou o estopim para que se apontassem uma onda de manifestações populares em revolta pelo aumento.

Houve então três manifestações – convocadas pelo MPL (Movimento Passe Livre) – que tomaram corpo no mês de junho, no dia seis, sete e onze, resultando em confronto entre

policiais e manifestantes. No dia treze, como consequência dos levantes anteriores, expandiram-se as manifestações e houve protestos em Natal (Rio Grande do Norte), Porto Alegre (Rio Grande do Sul), Maceió (Alagoas), Rio de Janeiro e Sorocaba. Em São Paulo, houve uma massiva e excessiva agressão policial em que 300 manifestantes foram detidos, alegando averiguação, e por portarem vinagre, apreensões essas que, segundo a constituição federal, não são consideradas ações legais na conduta da policial. Foi, portanto, devido a esse excesso de violência cometido pela Polícia Militar e o confronto violento com os manifestantes, que as grandes mídias resolveram noticiar inicialmente os movimentos de forma negativa, tarjando-os de “Vândalos”, “Perturbadores da ordem pública” e causadores de “grandes transtornos no trânsito”. Contudo, mesmo com esse olhar da grande mídia (Globo, SBT, Rede TV, Rede Bandeirantes e Record), o impacto das manifestações conseguiu agregar mais pessoas às reivindicações que, se estenderam por todo o Brasil assumindo novas motivações de acordo com as necessidades de cada cidade.

A segunda fase é marcada por manifestações que, já com a atenção da *mídia* de massa, definiram-se como “pacíficas” e que entoavam palavras de ordem como “sem violência”, “sem repressão”. Cerca de trezentas mil pessoas, por várias cidades do Brasil saíram às ruas no dia 17 de junho, para protestar por melhoria na qualidade do transporte público, redução no valor das passagens, melhoria na saúde, repúdio aos gastos com a copa das confederações, desalojamentos e retirada de casas para a construção de viadutos e trilhos para metrô nas grandes cidades por causa da copa de dois mil e catorze, dez por cento do PIB (Produto Interno Bruto) para a educação, assim como cem por cento dos royalties do Pré-Sal (reserva marítima de Petróleo), o veto ao que foi, *mediaticamente*, chamada “Cura Gay” (que consistia, na verdade, em que psicólogos não pudessem se recusar a atender alguém que buscasse lidar com questões de orientação sexual, da mesma forma como não se recusam a lidar com outras questões psicológicas), do deputado Federal e atual presidente da câmara dos direitos humanos e o veto da proposta de ementa constitucional (PEC) 37, que visava tirar o poder de investigação do ministério público e de outros órgãos que possuem o poder de investigação sobre o executivo e legislativo. No dia 18 de junho, em Juazeiro do Norte, na região do Cariri no Ceará, após o fechamento de escolas rurais e a aprovação da lei que retira os benefícios do salário dos professores (cerca de quarenta por cento do salário) ao mesmo tempo em que aumentavam o salário dos vereadores e servidores do executivo e legislativo, aliado a insatisfação com a gestão do atual prefeito Raimundo Macêdo pelo descaso com a saúde, o sucateamento da educação, e acusações de desvio de verbas, provocaram a revolta e a indignação dos professores, alunos e da população em geral, que, aderiu aos movimentos e

que foram às ruas, com palavras de ordem como “Fora Raimundão” e “Resistência e Luta”. Nessa segunda fase do movimento, a população conseguiu fazer com que o senado vetasse o PEC 37, o direito a atendimento psicológico quanto a questões de orientação sexual, a lei que tirava os benefícios dos professores em Juazeiro do Norte, a aprovação da destinação de setenta e cinco por cento dos royalties para investir na educação e vinte e cinco para a área de saúde, a redução do preço dos transportes em várias cidades brasileiras, além de provocar a discussão sobre a reforma política. No dia 20 de Junho, constata-se 1,5 milhões de pessoas nas ruas brasileiras, mesmo após todos esses êxitos das reivindicações.

A terceira fase, ainda está se escrevendo nas páginas da história, pois as manifestações continuam acontecendo, mesmo que com menor quantidade de pessoas, mas com força suficiente para ser noticiada nas mídias de massa, e, desde o início coberto pelas mídias independentes, nas diversas cidades brasileiras e na imprensa internacional.

Cabe-nos aqui a seguinte reflexão: porque houve, mesmo após o êxito das demandas que reivindicavam boa parte da população, a continuação dos protestos? Sob qual fundamentação explica-se essa furiosa onda de protestos?

Segundo Marcos Nobre (UNICAMP), o Brasil é acometido pelo “choque da democracia”, ou seja, não é somente um conflito de gestão governamental, mas antes, da própria forma de se fazer política, da democracia representativa. Em entrevista com a revista Unicamp, o mesmo nos diz:

Há uma crise de representação, com certeza, mas você não pode ter a concepção de uma representação clássica. A sociedade contemporânea, do final do século XX e início do século XXI, inventou formas de representação e participação que não se restringem ao legislativo e à eleição de cargos no executivo. Com certeza, o que está se dizendo [nas ruas] é que as diferentes formas de participação (...) não estão funcionando. (NOBRE, 2013, p. 9)¹

A própria forma em que as manifestações foram organizadas nos mostra como se estruturou esses movimentos. Primeiramente foram, no plural, movimentos, ou seja, notamos aqui diversos grupos com diferentes necessidades reunidos, desde partidos, pessoas que se dizem apartidárias, e anarquistas. Outra forma é como esses eventos foram organizados, através de redes sociais como o Twitter e o Facebook, e a utilização de celulares e computadores transmitindo ao vivo em blogs e sites da mídia independente. O movimento é

1 http://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_567_pagina_09.pdf

descentralizado e não há uma liderança unitária, nem uma pauta única, fato esse que, Nobre alega ser sinal de maturidade:

Antes era uma unidade forçada, porque você tinha que deixar de lado suas diferenças em nome dessa unidade, por um objetivo comum. O que a gente viu agora é uma revolta em que todos os movimentos podem ir pra rua sem serem obrigados a encontrar essa unidade (NOBRE, 2013, p.1)²

Quando diz “Unidade forçada” refere-se às lutas contra ditadura e pela própria ditadura, em que havia um único partido, em que se tinham um inimigo comum e, portanto, forças com diferentes perspectivas políticas. A articulação em redes sociais atua como propagador e característica da aglutinação e fomentação de ideias da geração atual, de tal forma que, segundo Marcos Nobre, “A juventude que nasce na década de 90, a única coisa que vê são esses acordões de cúpula e acordões de gabinete” (NOBRE, 2013, P.1)³. Uma geração que não via como disputar o campo político já desgastado e afastado da própria sociedade, sem um canal de diálogo, viu nas tecnologias da informação, meios para organizar novas formas de manifestações políticas e canal para a disputa. O filósofo político afirma que as manifestações continuarão conforme as respostas do governo e se não se sentirem contempladas, irão novamente às ruas. As “revoltas de junho” são acontecimentos que mostram um traço comum no modelo político de democracia que vivemos e demonstram que a democracia “representativa” que temos não nos representa o suficiente.

Dominique Rousseau e a Proposta de uma Nova Modalidade de Democracia

Qual é a relação do povo com a Constituição de um país? Como os cidadãos participam do controle das ações daqueles que foram eleitos para representá-los? O professor de direito constitucional da Universidade Paris 1 Sorbonne, Dominique Rousseau, propõe a teoria da democracia contínua. Segundo Rousseau, a democracia contínua acontece quando o cidadão não restringe sua participação ao ato do voto, à escolha de seus representantes, mas continua intervindo na produção de leis. A teoria constitucional clássica distingue entre duas democracias: a democracia direta e a democracia representativa. A democracia direta é o

2 <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/06/filosofo-da-unicamp-finaliza-em-10-dias-livro-com-analise-de-protestos.html>

3 Idem

regime em que as pessoas se expressam diretamente, sem intermediários e por referendo. É o povo que elabora, discute e aprova a lei. Já a democracia representativa, é um regime onde o povo elege seus representantes e são os representantes que fazem a lei.

Entre esses dois tipos, ele buscou imaginar uma terceira categoria: a democracia contínua. Na democracia contínua o cidadão não está limitado a simplesmente votar a cada cinco anos (ou quatro anos). Ele poderá continuar a exercer sua cidadania entre os dois momentos eleitorais. Assim, o cidadão pode, por exemplo, requerer ao juiz que verifique se os seus representantes elaboram as leis com total respeito aos direitos fundamentais, aqueles diretos dos cidadãos inscritos na Constituição. Trata-se de encontrar os mecanismos que permitam ao cidadão intervir na composição da leis entre estes momentos eleitorais. A democracia direta confere o poder aos cidadãos de forma imediata e, às vezes, sem reflexão, sem deliberação. A democracia contínua buscaria, então, compensar as desvantagens da democracia representativa, onde o povo acaba por ser excluído e as desvantagens da democracia direta que, muitas vezes, é uma democracia da emoção imediata e da espontaneidade. “A democracia contínua introduz a reflexão, a deliberação e o distanciamento, permitindo aos cidadãos participarem na elaboração das leis”, explica o jurista.

Ele fala também sobre a importância da confiança da população nas instituições de um país. "Os cidadãos precisam ter confiança nas suas instituições. Se os cidadãos não confiam, as instituições desmoronam. Por conseguinte, é necessário que haja instituições, mas essas têm de ser instituições que não sejam corrompidas. Portanto, é necessário que a lei desempenhe o seu papel nesta civilização". Dominique lembra, uma distinção, ainda útil, que fora feita por Montesquieu, entre a faculdade de estatuir e a faculdade de impedir. Claro que, na época de Montesquieu, quem tinha a faculdade de estatuir era o Rei. E que tinha a faculdade de impedir era o parlamento. Hoje em dia esta distinção deve permanecer, obviamente, de forma diferente. É preciso conceber quais instituições que irão exercer a faculdade de impedir. Para Dominique há pelo menos três: o judiciário, a mídia e as universidades. Por isso ele ressalta a necessidade de se garantir a independência dessas três instituições. Independência quanto à formação, em relação à nomeação, e independência institucional que lhes permita constituir-se em um contrapoder ao bloco Executivo-Legislativo.

No vídeo de entrevista que foi uma de nossas fontes, o entrevistador lembra que Dominique já houvera afirmado que o séc. XIX foi o século dos parlamentos, o séc. XX, o das

constituições e, em seguida o entrevistados pergunta o que deve, na opinião dele, marcar o nosso séc. XXI. Como resposta, obtemos “deve ser o século do cidadão do mundo”, pois, a constituição que deverá surgir é uma constituição universal, uma constituição da humanidade. Ele nota que, quando se compara as constituições, observa-se que para além das diferenças, Constituição Federal, Constituição Unitária, Sistema presidencial, Sistema parlamenta, para além dessas diferenças existe um patrimônio de valores compartilhados pelos cidadãos do mundo: a liberdade de ir e vir, a liberdade de opinião, a liberdade de expressão, o direito à saúde, o direito à moradia, o direito à educação. Todos esses direitos não são direitos apenas franceses, brasileiros, argentinos. São direitos de todos os cidadãos do mundo. Meu desejo é que o séc. XXI seja o século do cidadão do mundo.

O professor Dominique Rousseu foi um dos integrantes de uma comissão cujo intuito era o de estabelecer uma reforma constitucional em prol de mais equidade na política. A Comissão foi criada pelo novo presidente da república francesa, François Hollande, em julho de 2012. Foi presidida pelo ex-primeiro ministro Lionel Jospin. Este comitê incluiu quatorze pessoas- sete mulheres e sete homens, questão de paridade- e foi composta de professores, juizes, conselheiros de Estado, que foram incumbidos de refletir sobre os mecanismos capazes de aprimorar a imparcialidade da função pública. Apresentaram seu relatório ao presidente da república em 9 de novembro de 2012.

O comitê teve várias propostas, incluindo a de que todos aqueles que estão no comando dos assuntos públicos a nível nacional ou local de preencheram duas declarações, uma de interesse e outra de atividade. A declaração de interesse na qual indicam que tipo de ligação teriam com uma empresa particular, uma indústria, ou uma associação, grupo. A declaração de atividade- além do próprio mandato do deputado, por exemplo- que indicariam que atividades desempenham se são empresários, médicos, professores, etc. Estas seriam avaliadas por uma autoridade chamada deontologia da vida pública, que iria verificar a precisão do conteúdo material dessas declarações e, no caso de serem falsas, incompletas, enganosas, a pessoa seria processada nos tribunais e privada de seus direitos civis e, portanto da capacidade de ocupar cargos públicos. É importante garantir esta imparcialidade nas instituições públicas, para que, os cidadãos possam ter confiança em suas instituições, confiança de que representaram seus direitos universais de cidadãos sem diferenciação por interesses de grupos particulares.

Embora tenha seus próprios problemas relacionados à corrupção e à ainda pouco expressiva representatividade de seus cidadãos, o governo francês, com a ajuda de teóricos

como Dominique Rousseau tem dado seus passos para construir uma democracia mais justa e que realmente represente as necessidades de seus cidadãos. A democracia contínua é uma alternativa séria e interessante a ser considerada e avaliada por países que ainda se mantêm no velho modelo de democracia representativa. Este novo modelo, muito mais promissor, pode ser a solução para que os problemas explicitados em manifestações por todo o mundo tenham uma via menos indireta e mais incisiva para serem considerados e para ajudar a aperfeiçoar a lei que os rege e que deveria lhes representar. Que aumente o número de plebiscitos, referendos e petições, e sujam, também, novos meios a participação do contínua dos cidadãos. Não se pode negar aos cidadãos a chance de outro modelo, outro sistema que lhes permita atingir a realização política que o modelo atual fracassou em lhes conceder.

Vemos nestas manifestações, além das demandas, a reclamação da suposta representação da modalidade e democracia “representativa”. Por isso, propomos aqui que o modelo da democracia contínua seja considerado seriamente pelos juristas em termos de sua viabilidade e possibilidade de implantação, em médio prazo, pois, os cidadãos do mundo foram às ruas, eles pedem para ser ouvidos, exigem que suas demandas fundamentais e universais sejam ouvidas e atendidas, querem participação política efetiva a fim de que suas leis sejam melhoradas e principalmente efetivadas em suas vidas na forma de qualidade de vida. Pleiteiam, enfim, por exercer não só seus deveres, mas, seus direitos de cidadãos.

Conclusão

Nosso intuito com este trabalho foi questionar o que estaria por traz das manifestações que ocorreram pelo mundo em 2013 a partir das que ocorreram no Brasil e tentar buscar uma solução para o problema de base que encontramos como causa real destas revoltas. Lançamos a problematização destes manifestos partindo da perspectiva do filósofo Marcos Nobre e, em outro momento, buscamos uma solução para a problemática na nova e promissora teoria da Democracia Contínua do filósofo Dominique Rousseau. Articulando as ideias destes dois pensadores, consideramos ter contribuído para uma melhor compreensão da realidade política que estamos vivenciando este ano e, quem sabe para uma solução para este, através de um novo modelo de democracia formulado conforme a necessidade dos cidadãos de participarem mais efetivamente da política e da elaboração das leis que os regem.

Como foi visto, Marcos Nobre defende que as manifestações e a articulação dos protestos em redes sociais representam um fenômeno da atual geração. "É um processo de formação política que não passa pela política oficial e está dentro da própria sociedade", explica. Isso porque, segundo ele, a juventude conheceu a política como algo dissociado da

sociedade. "A juventude que nasce na década de 90, a única coisa que vêm são esses acordões de cúpula e acordões de gabinete", afirma. Para ele, a partir do momento em que o campo político tornou-se distante da própria sociedade, ocorreu o estopim para a tomada das ruas pela população, tendo como ponto de partida os serviços públicos, como o transporte coletivo. "Chega um momento em que a sociedade se coloca: se não tenho canal nenhum para influenciar nesse sistema político, vamos para rua e vamos retomar o poder na rua", diz Nobre.

Pela democracia contínua o cidadão não está limitado a um único canal, a simplesmente votar a cada cinco anos (ou quatro anos). Ele poderá continuar a exercer sua cidadania entre os dois momentos eleitorais. Assim, o cidadão pode, por exemplo, requerer ao juiz que verifique se os seus representantes elaboram as leis com total respeito aos direitos fundamentais, aqueles diretos dos cidadãos inscritos na Constituição. Trata-se de encontrar os mecanismos que permitam ao cidadão intervir na composição das leis. Assim, propusemos aqui, que o modelo da democracia contínua seja considerado seriamente pelos juristas em termos de sua viabilidade e possibilidade de implantação, em médio prazo, pois, os cidadãos do mundo foram às ruas, eles pedem para ser ouvidos, exigem que suas demandas fundamentais e universais sejam ouvidas e atendidas, querem participação política efetiva a fim de que suas leis sejam melhoradas e principalmente efetivadas em suas vidas na forma de qualidade de vida.

Referências

"Revoltas decretam o fim do ciclo de redemocratização, diz docente"

http://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_567_pagina_09.pdf.

Acesso em 22/07/2013 às 03:00 pm

Artigo: 'Foi a população de SP que se levantou', diz o Movimento Passe Livre. UOL (17 de junho de 2013). <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294919-maioria-da-populacao-e-a-favor-dos-protestos-mostra-datafolha.shtml>. Acesso em 23/07/2013 às 12:00 pm

"Em dia de maior mobilização, protestos levam mais de 1 milhão de pessoas às ruas no Brasil". Uol: (20 de junho de 2013). <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>. Acessado em 23/07/2013. Acessado em 13/07/2013 às 08:00 am

"As principais demandas, a linha do tempo dos protestos e como os poderes reagiram a eles." Portal G1: <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>. acessado em 20/07/2013 às 09:00 pm

Vídeo: “Direito Sem Fronteiras – Teoria da democracia contínua” Tv Justiça:
http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=yla_HJcbEqE. Acesso em
02/07 às 10:05 am